



CONTAR HISTÓRIAS: UMA FORMA DE RECONHECIMENTO DO OUTRO

Cléria Botelho da Costa*
Universidade de Brasília – UnB
cleriabotelho@gmail.com

RESUMO: O propósito deste artigo é refletir sobre o contar histórias enquanto uma tradição oral legada por nossos ancestrais e que se apresenta envolta no manto da memória, logo tangenciada por diferentes temporalidades. Visa ainda compreendê-lo enquanto um discurso dialógico que encerra múltiplas vozes, plenas de significações e que possibilita visibilidade ao outro. Utiliza como argumento a compreensão de que as narrativas quando silenciadas podem transfigurar-se em memórias subterrâneas, que possibilitam a exclusão social. Metodologicamente, foi elaborado a partir de informações históricas e com a utilização de algumas entrevistas de história oral.

PALAVRAS-CHAVE: Contar história – Tradição – Memória subterrânea.

TELL STORIES: A WAY TO RECOGNIZE THE OTHER

ABSTRACT: The purpose of this paper is to discuss the tell stories as an oral tradition handed down by our ancestors and which presents wrapped in the cloak of memory, then touched upon by different time frames. Aims to understand it as a dialogical speech enclosing multiple voices, full of meanings and allows visibility to the other. Uses as an argument the understanding when the narratives are silenced can be transfigured into underground memories, enable social exclusion. Methodologically, was drawn from historical information and oral history interviews.

KEYWORDS: Count history – Tradition – Underground memory

A maior parte dos habitantes de minha terra não sabem ler nem escrever. Mas sabem contar histórias. E sabem escutar. São pessoas que guardam essa meninice e acreditam que esse olhar de criança é importante para ser feliz e produzir felicidades para os outros.

Mia Couto – **Terra Sonâmbula**

* Professora do Programa da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

Meu propósito neste artigo é compreender o contar histórias como uma narrativa tangenciada por diferentes temporalidades, ou seja, pela memória bem como uma forma de reconhecimento do outro. Utilizarei como argumento a compreensão de que as narrativas silenciadas, ocultadas pela história oficial podem transfigurar-se em memórias subterrâneas. Contar histórias constitui uma tradição que vem de tempos longínquos. No século XIX as mães pretas já as contavam às crianças que cuidavam, as mães acalentavam e continuam acalentando filhos, de diferentes idades, com os contos que nos chegaram dos quatro cantos do mundo. Os vaqueiros e trabalhadores rurais como mostra Câmara Cascudo¹ ao anoitecer, sentados no terreiro das casas de fazenda contavam, com lúdica imaginação, as peripécias do dia a dia. Contar histórias é portanto, uma tradição herdada de nossos ancestrais. Todavia, vale lembrar que muitas dessas histórias foram, por nós, reinventadas a partir de outras que nos chegaram da África, da Europa e de diversos outros continentes. Os contos de **As mil e uma noites**, por exemplo, conhecidos por muitos de nós, são procedentes da tradição oral islâmica. Revisitarei um deles. Um rei fora traído, combalido pela tristeza e movido pela vingança decide que cada noite ele deve dormir com uma moça do seu reino, que desposará e matará no dia seguinte às núpcias. Com muitas perdas, a tristeza toma conta do reino. Até que certo dia, Cheherazade, filha caçula do grão-vizir, se dispõe para a noite com o sultão, contudo impôs uma condição – levar consigo, sua irmã mais velha, Dinarzade. O plano estava traçado. Na noite tão esperada pelo sultão, Dinarzade acorda a irmã ao alvorecer e dirige-lhe as palavras “Minha irmã, se não estiveres dormindo, suplico-te, à espera do dia que não tardará a nascer, me conte uma de suas belas histórias”.² Os encantos das histórias que fluíam ininterruptamente dos lábios de Sheherazade embeveceram o sultão e ao menos por alguns instantes, o tornaram feliz, fizeram que esquecesse a vingança.

Astutamente, Sheherazade deu asas a sua imaginação e criou uma artimanha que a livrou da morte. Neste caso, penso que o contar histórias pode ser interpretado como expressão de sua salvação. Destarte, entendo que a astúcia dela não se revela apenas na arte de contar histórias, mas em convidar sua irmã para ampliar a comunidade de ouvintes. O encantamento de Dinarzade com a história da irmã, contagiou o sultão e

¹ CASCUDO, Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, p. 36.

² GALAND, Antoine. **As mil e umas noites**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 48.

propiciou seu esquecimento quanto a ideia de vingança, o que me leva a concordar com o pensamento benjaminiano de que não há narrativa sem ouvintes, o ato de narrar requer ouvintes para que a narração ganhe significado. Nesse sentido, apreendo o narrador como um mediador entre o individual e o social.

Um retorno imaginário ao tempo já escoado revela que narrar histórias é uma prática cultural herdada de nossos ancestrais. Na Grécia Antiga, os trovadores do tempo de Tucídides e de Heródoto declamavam em praça pública aos seus contemporâneos longas histórias sobre o seu tempo. Em verso ou em prosa, as narrativas aspiravam a que os heróis da época não fossem submergidos nas águas do rio Letes. Esquecê-los seria um sacrilégio. E os grandes acontecimentos eram necessariamente anunciados pela voz do poeta, a palavra épica não era apenas o relato ou a descrição dos acontecimentos, mas um ato que dava existência ao ato que narrava. Por isso, eram homens percebidos por seus pares, como “iluminados” graças a capacidade de transmitir oralmente ensinamentos sobre seu tempo. Eram os escolhidos da deusa Mnemosine, que os ungia do poder de decorar aqueles longos ensinamentos, livrando-os das mazelas do esquecimento. Se a ordem era não esquecer, o lembrar se impunha como seu reverso. Assim, o lembrar e o esquecer se amalhavam na formação da memória, apreendida, pelos os gregos, como uma deusa. E, para eles, guardava o significado de guardar de cor (cordis), ou seja, a alma preservava o que passava pelo afetivo, o que ficava cravado no coração, sentido que a ciência racional moderna descartou, conferiu-lhe novo significado, o encontrado hoje, nos dicionários – faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos. Significado que despreza a afetividade, dimensão que para os gregos da antiguidade constituía o cerne do conceito.

NARRATIVAS E MEMÓRIAS

Contar histórias é uma narrativa que atesta detalhes de uma determinada época tais como: ambiente, hábitos, as mentalidades e deixam lacunas a serem complementadas pela imaginação do ouvinte. Para o narrador cada fragmento da história contada é um hieróglifo de um texto original que confere à narrativa uma qualidade arqueológica e misteriosa. Na Grécia Antiga, o poeta ao lado do sacerdote e do adivinho – cantam o que é, foi e será e assim, “auxiliavam os homens a sobreviver a seus atos e atingir a imortalidade”, porque “a história das coisas feitas só sobrevive se

for narrada, se o que é dito for bem dito”.³ Neste sentido, a narrativa corresponde à substância viva que sustenta, alicerça a vida em sociedade. Narrar é repassar, como na brincadeira do anel, as lembranças, os usos, os costumes, as tradições enfim a cultura de um determinado grupo ou sociedade para as novas gerações. É possibilitar o conhecimento do passado e do presente e com eles estabelecer laços de afetividade, uma vez que é difícil amar o que não se conhece, é construir uma outra história, diferente da história oficial, celebrativa, contínua e que desafetiva os acontecimentos. Contar histórias é, no sentido bakhtiniano,⁴ um discurso dialógico que encerra múltiplas vozes e pleno de significações.

Narrar transforma a vida em um trabalho permanente de reelaboração emotiva, de ressignificação do acontecido. É um discurso com muitos significados. Narrar histórias é ainda organizar as experiências vividas, reconstruídas e fertilizadas pela imaginação na construção de um texto, que descontínuo, expressa um amalgama de realidade e ficção. Assim, a narrativa se conforma como força criadora, espaço de liberdade. Talvez, aqui resida a magia, a fascinação que o contar histórias exerce sobre os ouvintes, que propiciou ao sultão o olvido de seus propósitos em relação à Sheherazade, contadora de histórias

Narrar sob a luz benjaminiana,⁵ requer, para a sua efetivação, uma comunidade de ouvintes que participa dos rumos da história narrada. Assim, as histórias contadas se configuram como dialógicas e os contadores de histórias como mediadores entre as experiências individuais vivenciadas, as tradições orais das sociedades reconstruídas e a comunidade de ouvintes. Ele é o sujeito que ordena no tempo, cria, recria os fatos a serem narrados e estabelece o diálogo com o outro (comunidade de ouvintes). Desse modo, narrar, é um ato dialógico e, fundamentalmente interpretativo e criativo.

Além disso, o narrador ao construir e contar uma história nos transfere para o âmbito da tradição oral, nos faz lembrar os diálogos socráticos tais quais relatados por Platão. Com essa compreensão, o contador de histórias pode ser um professor em sua sala de aula, um contador de “causos”, um guia turístico, um líder comunitário, dentre

³ ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 101.

⁴ BAKHTIN, Michael. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 2004, p. 29.

⁵ BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. **Em obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 186. V. I.

outros.⁶ Todavia, vale realçar que os narradores não nascem com consciência, com identidades prontas, pré-estabelecidas. Elas são (re)construídas a partir do caminho por eles percorridos na vida, pela interação deles com os outros, com a sociedade onde vivem permeados pela cultura do local de convivência.

Eles, portanto não são indivíduos autônomos, que exercem a vontade livre, mas sujeitos cuja atuação é construída pela situação e status que o grupo, a sociedade lhe confere em determinado tempo histórico. Assim, as histórias que contam e recontam não encerram somente suas histórias individuais, são histórias de um determinado grupo ao qual pertencem, de uma sociedade específica, datada historicamente. Em geral, as narrativas contadas oralmente podem repassar a tradição, ora do nosso país, ora de países distantes, tal é o caso de **As mil e uma noites**. Todavia, a interpretação do narrador as reconfigura em um processo que é criativo, mas que guarda algumas permanências do pretérito. Assim, presente e passado se fazem presentes simultaneamente. Desse modo, é selada a relação entre experiência individual e vivência coletiva, entre memória individual e memória social.

Essa relação memória individual e memória social me faz lembrar o conto machadiano, **O espelho**: esboço de uma nova teoria da alma humana, no qual Jacobina, a personagem de papel, naquele momento, integrante de uma comunidade de ouvintes, interpela o narrador e firmemente coloca: “cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro”.⁷ Sob a luz machadiana, a alma, ou, em termos contemporâneos, a subjetividade, o psiquismo humano, é duplo. E essa duplicidade no discurso de Jacobina se presentifica no interno e no externo. A alma que olha de dentro para fora se configura no eu do narrador, em sua experiência individual, é expressão da individualidade de cada contador de histórias e a alma que olha de fora para dentro está relacionada aos valores morais, culturais que constituem o ethos da comunidade do narrador, adquire um caráter social. Dessa forma, o individual e o social selam um pacto de presença nas narrativas.

Os personagens que dão vida às narrativas sejam elas orais ou escritas, ora são representações de sujeitos comuns do cotidiano dos narradores, ora podem ser representações da criação do próprio narrador. São, portanto, uma amálgama de

⁶ COSTA, Cléria Botelho. Memórias compartilhadas: os contadores de histórias. In: _____; MAGALHÃES, Nancy Alessi. (Orgs.). **Contar história, fazer história**. Brasília: Paralelo 15, 2002.

⁷ ASSIS, Machado. **Contos 3**. Rio de Janeiro: Agir, 1970, p. 10. Coleção Nossos Clássicos.

experiência, imaginação, e sentimento do narrador. Os personagens são, assim, seres intencionais que não dispõem de autonomia e existem somente pela graça do seu autor.⁸ Em geral, o narrador nos remete a vários personagens, um dos quais, na maioria das vezes, naturaliza sua experiência de vida ressignificada, outros ressignificam a tradição.

Por outro lado, vale lembrar que seja o flaneur benjaminiano, ou o storyteller⁹ arendtiano, ambos se distanciam de uma sociedade de massas na qual o passado era renegado e se destacam pela capacidade de recontar as tradições do pretérito, ou as vivências e testemunhos do presente. São memorialistas que evocam o tempo escoado para torná-lo transmissível e para vivificar as sociedades onde vivem além de possibilitar ao ouvinte reencontrar o seu lugar de pertencimento ao mundo. Ao mesmo tempo, estas tradições ao serem repassadas, pelos memorialistas, aos ouvintes expressam não somente o compartilhamento de memórias, mas também de sensibilidades. Destarte, estas memórias não são apenas compartilhadas, elas são também, com eles, negociadas. Momento por vezes, pleno de tensão. Assim, o enredo de cada narrativa pode tomar uma direção não intencionada pelo contador. Além disso, o ato de narrar pode fazer renascer a indignação política, desestimular o conformismo generalizado comum nos tempos atuais, propiciar um retorno ao encantamento do mundo e, assim, assegurar a continuidade entre palavra e vida.

Todavia, vale lembrar que nem todas as tradições transmitidas pelas narrativas circulam com a mesma intensidade na sociedade brasileira. Algumas chegam à comunidade de ouvintes com facilidade e são bem aceitas, outras têm o acesso dificultado. Penso que a dificuldade de circulação de algumas narrativas está relacionada ao desejo de alguns grupos da sociedade de apagar da memória dos brasileiros, em especial, das novas gerações, certas tradições que a história oficial almeja que caia na vala do esquecimento. Prática comum desde o Império quando Rui Barbosa queimou os arquivos sobre a escravidão, quando por quase 50 anos, os arquivos que davam acesso as barbáries da Ditadura Civil Militar brasileira ficaram fechados e muitos rastros incinerados, quando a história da diáspora africana ainda é pouco trabalhada nas escolas, dentre muitos outros. Propiciar o esquecimento parecia

⁸ ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem. In: CÂNDIDO, Antonio. (Org.). **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 16.

⁹ Nesta ideia de tradição encontrada em Benjamin e Hannah Arendt encontra-se a presença de Nietzsche. Cf. NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Paris: Gallimard, 1950, p. 297-299.

ser os caminhos mais fecundos, para apagar da memória das novas gerações fatos históricos que enegrecem a nação, que não satisfazem as elites do país. O relato do pequeno Cauã, um garoto de apenas 5 anos, aluno de uma escola pública do Rio de Janeiro enuncia essa discussão: “se eu não posso contar minhas histórias do terreiro na escola, acho que sou um proibido”.¹⁰

Todavia, o desejo de supressão de determinados fatos não tem o poder de apagá-los da história. Até mesmo os atos de barbárie do nazismo, das ditaduras latino americanas da diáspora africana ficaram gravados nas gavetas de nossa memória. Hoje transformaram-se em lembranças, em perfumes do outrora no agora reafirmando que lembrar e esquecer constituem o dístico da memória. Como ensina Platão,¹¹ a alma humana é como uma cera na qual é gravada todos os fazeres e querer humanos – do mais cotidiano aos extraordinários. Assim, mesmo os acontecimentos não desejados, seja pelo sujeito ou pela sociedade ficam marcados na alma, na memória dos sujeitos, seja na memória individual, seja o fato individual ou coletivo passam a compor involuntariamente, o mosaico da memória. Gravadas no subconsciente, essas lembranças podem desabrochar anos depois, com força e clareza constituindo as memórias denominadas por Pollak como subterrâneas.¹² Para o referido autor, elas insurgem, quase sempre, como oposição ao Estado.

Nesse sentido, evocar memórias seja, as desejadas ou indesejadas é escavá-las dos escombros do pretérito, é trazer fatos de antigamente ao presente com os matizes do agora. A memória é, assim como a terra, o tálamo no qual jazem soterradas as cidades mortas. As memórias subterrâneas, na maioria das vezes, ao encontrarem frestas que permitam o retorno ao hoje, se configuram como contra memórias. São memórias que se opõem ao Estado, a história oficial celebrativa. Tal é o caso, das memórias dos afrodescendentes, das vítimas da Ditadura Civil Militar Brasileira, dentre outros. Destarte, essas memórias subterrâneas não brotam espontaneamente, elas são evocadas, por professores em sala de aula, por contadores de história, por partidos políticos, por líderes comunitários, dentre outros. Assim, quando a tessitura da narrativa é emaranhada

¹⁰ Extraída do livro: LORENÇO, Erika; DESLANDS, Keila. (Orgs.). **Por uma Cultura dos Direitos Humanos na Escola: princípios, meios e fins**. Belo Horizonte: Fino Traço. 2012, p. 63.

¹¹ PLATÃO. Teeteto. In: _____. **Diálogos de Platão**. Belém: UFPA, 2001, p. 45.

¹² POLLAK, Michael. História, Memória e Esquecimento. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, p. 4, 1989.

por fios, não consagrados pela sociedade, o contar histórias pode despertar memórias adormecidas que podem se transformar em contra memórias.

CONTRA MEMÓRIAS: NARRATIVAS DE AFRODESCENDENTES

As imagens dos afrodescendentes que circulam na sociedade brasileira ainda são escassas. Até o ano de 2004, segundo a revista Política Democrática, de um total de 1852 capas da revista Veja, desde sua fundação, apenas 58 possuem personagens negros.¹³ Além disso, seja em jornais, na literatura, na música, no cinema, dentre outros, quase sempre, são representados por trabalhadores braçais, com aventais, cabelo encarapinhado, nariz achatado e com gestos toscos. Elas sugerem diferentes sentidos tais como: o negro como um ser tosco, sem polidez, que na escala da divisão social do trabalho sempre ocupa a posição de trabalhador braçal o que reduz a pessoa não letrada, sem instrução, com parca ou nenhuma polidez. O cabelo encarapinhado longe de ser um traço que dá visibilidade à etnia negra ganha o sentido de exótico como pode ser observado em trecho da narrativa da garota Maria, de 10 anos, moradora do Rio de Janeiro transcrito à seguir:

Na escola os colegas me chamam de cabelo de bucha, de cabelo de Bombril, caçoam muito de mim. Por isso só vou à escola de cabelo preso. Mas eu não gosto do cabelo preso. Queria poder soltar meu cabelo. Quero alisar ele para ficar bonita...¹⁴

Apreendo nessa narrativa, algumas questões que preocupam qualquer pesquisador que pensa a ciência como humanizadora, construída pelo homem e que se destina ao bem estar humano como defende Boaventura Santos, Edgard Morin, dentre outros. Inicialmente realço o discurso: “os colegas me chamam de cabelo de bucha”. Reconheço que o discurso encerra muitos significados, possibilita muitas interpretações e a minha é apenas uma das muitas que circulam no nosso cotidiano. Entendo que o cabelo encarapinhado, no tempo presente, deixa de ser símbolo de uma etnia, de força, de energia como o era nos tempos idos de África pré-escravidão quando apesar das disputas étnicas, ser negro era ser livre, era ser humano. Todavia, após o tráfico negreiro

¹³ GOLZIO Durval. Exclusão informativa: representação e representatividade dos negros e afrodescendentes nas capas da revista Veja. *Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBERO*, Lisboa, v. III, p. 145, 2004.

¹⁴ Pesquisa realizada pela FGV, intitulada **A história do Negro no Brasil**, em 2004, coordenada pela pesquisadora Verena Alberti.

de África para muitos países do mundo, ser negro ganha outro sentido torna-se quase sinônimo de ser escravo, de ser objeto e propriedade do outro. O corpo do negro doravante serve para trabalhar duro e satisfazer os desejos e as necessidades do branco.

Além do fato histórico da escravidão, a cultura enquanto expressão de um tempo, enquanto modo de viver, sentir e entender o mundo também contribui para as mudanças de sentidos de ser negro. A tal ponto que hoje, século XXI, tempo do relato da garota Maria¹⁵ o cabelo encarapinhado, no passado, força da etnia negra, no presente, se torna instrumento de chacota, de desprezo na escola. O cabelo da garota e o seu padrão estético são relegados ao padrão da feiura e para se tornar bonito ele (o cabelo) deverá ter a aparência modificada, tornar-se liso – objeto do desejo da garota. Por fim, reconheço que o rechaço à garota pelos colegas expressa um ato de discriminação, de exclusão social uma expressão dos preconceitos mantidos dentro da escola. O relato revela ainda, vestígios da disputa de poderes entre os padrões de beleza branca e os padrões estéticos de beleza dos afrodescendentes na sociedade brasileira. E nessa disputa observo também, indícios do desejo da mencionada sociedade de manter na hierarquia étnica a superioridade do branco, do colonizador europeu em detrimento do negro afro-brasileiro, de tentar apagar as marcas identitárias da etnia negra dos afrodescendentes, de buscar desvanecer os valores da cultura do negro considerada como exótica e inferior.

Apreendo que nesse confronto entre cultura do colonizador e a do colonizado, a primeira é ainda a hegemônica. Esta compreensão fica explicitada na narrativa quando a aluna coloca que quer ficar bonita e esse ato tem o sentido de alisar o cabelo. Mais uma vez, aqui identifico marcas da cultura do colonizador que ainda permanecem em nossa cultura convivendo em simultaneidade com a cultura do colonizado. Esse fato evidencia que diferentes culturas, expressões de temporalidades diferentes, coexistem em um mesmo espaço, em uma mesma temporalidade. Assim, o tempo se configura como descontínuo, traço básico da constituição da memória. A cultura do colonizado, por ser tolhida de se expressar em sua inteireza fica em parte, esculpida nas gavetas da memória dos negros e afrodescendentes e vão alargar o desenho de suas memórias subterrâneas. Memórias que ao serem evocadas em reivindicações do movimento negro, dos quilombolas, dos sem terra, dentre outros perdem o status de subterrâneas e são

¹⁵ Nome fictício da entrevistada.

transmutadas em contra memórias, ou seja, em memórias da sociedade civil, em geral, opositoras do Estado. A mãe da aluna Maria cujo relato foi apontado antes também ofertara seu relato na mesma pesquisa citada antes, realizada pelo CPDOC:

Eu me sinto muito mal quando vejo minha filha chegar em casa chorando com os maus tratos dos colegas na escola. Antes de ir para a escola ela não tinha problema com a cor dela. Quando começou a ir a escola ela, meu amigo pintor veio nos visitar. Ela foi até ele e disse – me pinta, arruma uma tinta e me pinta para eu ficar branca[...].¹⁶

Essa narrativa desvela a intensidade da marca da exclusão, pela cor da pele, sentida pela narradora. O sentimento de exclusão eclodia em sua alma como chagas que sangravam, e como forma de amenizá-las guardava o desejo de ser tingida por uma tinta branca ou seja, de ser branca ainda que temporariamente. Chamou-me atenção ainda, a proibição dos alunos de contar histórias vivenciadas em seu dia a dia cujo enredo são centrados na cultura afro. Compreendo que o silêncio, as memórias quando abafadas, quando impedidas de circular livremente tornam-se uma forma de discriminação. Nesse sentido, o silêncio impostos pelos professores sobre as narrativas de afrodescendentes, na escola, pode ser interpretado como uma forma de negar a diversidade cultural existente na sala de aula, enfim como uma forma de discriminação. Por esse motivo, o pequeno Cauã se sentia “um proibido”. Segue a seguir parte de uma entrevista realizada com a mãe de Cauã:

O Cauã estava em uma creche escola e, além de cantar e batucar as canções do candomblé, ele fala muito do que vivencia no terreiro, conta as histórias que aprende em nossa comunidade. A escola mandou me chamar. Disseram que eu precisava levá-lo para passear, ir a praia, distrair a mente dele para ver se ele desgostava da macumba [...].¹⁷

Esse fragmento do relato realça a escola brasileira, ainda, como um *lócus* onde o preconceito étnico, religioso e a discriminação passeiam com liberdade. Assim, pode ser compreendida como um espaço de discriminação e exclusão dos afrodescendentes. Vale clarificar que Cauã é negro e seus pais também, além de praticantes do candomblé religião pautada na cultura dos afrodescendentes. Assim, a cultura afro faz parte do cotidiano de sua família. Desse modo, quando a professora não permite que os alunos

¹⁶ Pesquisa realizada pela FGV, intitulada **A história do Negro no Brasil**, em 2004, coordenada pela pesquisadora Verena Alberti, p. 18.

¹⁷ LORENÇO, Erika; DESLANDS, Keila. (Orgs.). **Por uma Cultura dos Direitos Humanos na Escola: princípios, meios e fins**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 64.

narrem suas experiências ancoradas na cultura afro, ela está negando a possibilidade de ouvir o outro, no caso em pauta, o negro, inibindo uma relação dialógica entre professor e aluno, relação muito cara quando a educação não é apreendida como mera domesticação. Ao mesmo tempo, a professora também parece aceitar que a identidade brasileira foi construída/reconstruída a partir de uma única cultura, considerada superior a “ocidental”, sob essa forma de ver o mundo, a diversidade cultural, uma riqueza, no presente, se transforma em problema.

Vale rememorar que nas Américas houve um processo de desafricanização imposto às populações escravizadas via esquecimento. Esquecimento de toda vivência anterior deles em África como se pudessem fazer da história uma tabula rasa, como se o passado dos africanos não contasse além de tentá-los impor uma identidade de subalternos. As narrativas anteriores apontam que a exclusão, a discriminação dos afro descendentes na escola são vestígios, sinais do passado que teimam em sobreviver no presente mostrando que o pretérito é a fonte de onde jorram as águas do agora.

Importa realçar que a prática da discriminação racial ainda é recorrente no Brasil não somente na escola, mas em muitos setores da sociedade. Não é uma discriminação formal, mas uma discriminação silenciosa que só se afirma enquanto tal na roda de amigos, na intimidade. Todavia, em geral, o negro discriminado é aquele que está longe do meu convívio, é o desconhecido. Aqueles da minha família, da minha rede de afetividade não passam pela minha discriminação de ser diferente por ser negro. Desse modo, percebo que a discriminação racial, no Brasil, é perigosa porque silenciosa e mascarada pela afetividade.

As relações sociais na sociedade brasileira são também hierarquizadas, razão pela qual constituem um óbice a integração nacional em bases de um regime democrático. Se as diferentes etnias não contarem com oportunidades semelhantes de participação nas estratégias de poder não podemos pensar em democracia. Por exemplo, em termos educacionais enquanto o negro, o índio e os pobres em geral, não estiverem nas universidades, as oportunidades de acesso à educação não estiverem sendo as mesmas para todos, o processo de democratização está comprometido. Por fim, entendo que a escola deve ser um polo de combate à discriminação, de qualquer forma de preconceito para assegurar a igualdade de condições em todos os níveis do ensino.

Por fim, como bem expressa Certeau¹⁸ as práticas culturais vivenciadas no cotidiano reinventam a cultura. E as narrativas orais expressam formas de viver este cotidiano como mostra Paula, mãe de Cauã, e Maria ao descreverem o cotidiano escolar.

Para concluir retomo a epígrafe de Mia Couto apresentada neste artigo a qual sob a minha interpretação, realça que todos os homens sejam brancos, negros, letrados ou não letrados carregam consigo uma cultura descentralizada do seu eu e por isso são capazes de contar e escutar, por horas a fio, histórias, contos, provérbios que tornam vivos o outrora e embevecem os ouvintes tornando-os mais humanos. Assim, narrar histórias pode ser uma forma de humanização do mundo, tão carente de humanidade.

ARTIGO RECEBIDO EM 10/10/2014. PARECER DADO EM 20/11/2014.



www.revistafenix.pro.br

¹⁸ CERTEAU. Michel, **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 16.